

A RETÓRICA REVISIONISTA SOBRE A DITADURA BRASILEIRA (1964-1985) NAS ANÁLISES DE DANIEL AARÃO REIS FILHO^{1*}

The revisionist rhetoric regarding the brazilian dictatorship (1964-1985) in the analysis of Daniel Aarão Reis Filho

Cláudio Beserra de Vasconcelos²

RESUMO:

O artigo analisa a retórica presente na produção de Daniel Aarão Reis F.^º sobre o golpe de 1964 e a ditadura subsequente. Objetiva-se identificar padrões que orientem o discurso do intelectual e problematizar historiograficamente a produção do autor, visando compreender o processo de construção e disseminação e a lógica argumentativa revisionista, em torno dos temas. Presume-se que esta análise poderá indicar um caráter básico do discurso do autor: a presença de uma retórica laudatória sobre a excelência científica da sua própria produção e da dos pares a ele próximos, apresentadas como neutras e apolíticas, e do desmerecimento/apagamento das análises que lhe são antagônicas/criticas, associadas à perspectiva marxista.

Palavras-chave: 1. Ditadura brasileira (1964-1985); 2. Revisionismo historiográfico; 3. Intelectuais.

ABSTRACT:

The paper analyze the rhetoric present in Daniel Aarão Reis F.^ºs work on the 1964 coup and the subsequent dictatorship. The objective is to identify patterns that guide the intellectual's discourse and historiographically problematize the author's production, aiming to understand the process of construction and dissemination as well as the revisionist argumentative logic surrounding the themes. It is presumed that this

¹* A pesquisa foi financiada pela Fundação Carlos Chagas Filho de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro – FAPERJ.

² Pós-doutor em História pela Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (2024), Doutor em História pelo Programa de Pós-Graduação em História Social da Universidade Federal do Rio de Janeiro (2010), Mestre em História pelo mesmo programa (2004) e pesquisador do Laboratório de Estudos Sobre Militares na Política da UFRJ e do Laboratório de Estudos sobre a Ditadura da UFRRJ. E-mail: cb.vasconcelos@yahoo.com.br. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-3907-7158>.

analysis may indicate a basic characteristic of the author's discourse: the presence of laudatory rhetoric about the scientific excellence of his own production and that of his close peers, presented as neutral and apolitical, and the discrediting/erasure of analyses that are antagonistic/critical to him, associated with the Marxist perspective.

Keywords: 1. Brazilian dictatorship (1964-1985); 2. Historiographic revisionism; 3. Intellectuals.

Introdução: Os intelectuais e as disputas no interior do campo científico

Existe um significativo consenso quanto à vinculação do “Caso Dreyfus”³ à origem do uso do termo “intelectuais”, entendido como um grupo social, uma categoria política. O sentido de seu emprego, porém, era de desdém, uma injúria dirigida pelos adversários da reavaliação do processo aos membros do grupo favorável ao oficial francês, censurados por, supostamente, abusarem de sua situação profissional para influenciar a consciência dos jovens. Contudo, a alcunha foi apropriada pelos defensores de Dreyfus. Ao fim do embate, o processo foi reaberto, o militar inocentado e reabilitado e a nova forma de se designar os homens de letras, escritores, cientistas, universitários, entre outros, se propagou.⁴ Foi naquele momento que os intelectuais emergiram como uma elite possuidora de uma identidade coletiva e de um caráter específico, e como detentores de um prestígio que lhes garantiu legitimidade para intervenção no espaço e no debate públicos, algo que se tornou comum ao longo do século XX. Por outro lado, a querela que marcou o processo também torna evidente a existência de acirradas disputas entre os intelectuais, desde o seu nascimento.

3 Na virada dos séculos XIX e XX, Alfred Dreyfus, capitão judeu do exército de França, foi condenado por espionagem e alta traição à pátria. Em resposta, professores, artistas, cientistas e escritores franceses, mobilizaram-se pela revisão do processo contra o militar. Tal posicionamento, no entanto, não foi unânime, e a opinião pública francesa acabou cindida entre os favoráveis e os contrários à revisão do processo.

4 Sobre a relação entre o “Caso Dreyfus” e o “nascimento dos intelectuais”, ver: CHARLE, Christophe. *Naissance des “intellectuels”*. 1880-1900. Paris: Éditions de Minuit, 1990.

Esses elementos são relevantes para a análise ora desenvolvida, e nos faz crer que a “teoria dos campos”⁵ de Pierre Bourdieu, especialmente as reflexões sobre o campo intelectual ou científico, sejam frutíferas, pelo que elas permitem compreender sobre a produção de bens simbólicos, os autores, suas obras, o espaço social e ideológico no qual se situam e as disputas internas.

O campo, para Bourdieu, é local de dominação e conflito. Para o sociólogo francês, relações de poder transpassam todas as contatos humanas, qualquer que seja o campo do espaço social. Nesse processo, agentes formam alianças ou se afastam em função da disputa por interesses específicos (BOURDIEU, 1996, p. 60-61). Mas, nessa luta, não há necessariamente uma equivalência entre os agentes: cada um está determinado pela posição particular que ocupa no espaço social do campo. No caso do campo científico, esse posicionamento está ligado à posse do “capital científico”, entendido como “uma espécie particular do capital simbólico (...) que consiste no reconhecimento (ou no crédito) atribuído pelo conjunto de pares-concorrentes no interior do campo científico” (BOURDIEU, 2004, p. 26). Portanto, o campo científico é locus do debate, mas também de disputas acirradas pela posse da autoridade científica, pela demonstração de capacidade técnica, pela autenticidade, pelo domínio dos signos e das interpretações. Ou seja, pela hegemonia sobre o campo científico.

A vitória nessa luta depende, em parte, da construção de um consenso sobre a legitimidade de determinadas teses. Como uma ferramenta essencial do ofício do intelectual é a palavra, um meio de atingi-lo é através da chancela ao seu discurso, pois “O que faz o poder das palavras e das palavras de ordem (...) é a crença na legitimidade das palavras e daquele que as pronuncia” (Bourdieu, 2000, p. 15). É preciso ter em mente, portanto, que, como afirma Eni Pulcinelli Orlandi (1996, p. 15-27), o discurso não é apenas um instrumento de comunicação, mas um objeto histórico-social, visto que é produzido na interação entre os homens e a realidade natural e

5 Segundo Bourdieu, “um campo pode ser definido como uma rede ou uma configuração de relações objetivas entre posições (...) definidas objetivamente em sua existência e nas determinações que elas impõem aos seus ocupantes, agentes ou instituições, por sua situação (*situs*) atual e potencial na estrutura da distribuição das diferentes espécies de poder (ou de capital) cuja posse comanda o acesso aos lucros específicos que estão em jogo no campo e, ao mesmo tempo, por suas relações objetivas com as outras posições (dominação, subordinação, homologia, etc.) (...).” (BOURDIEU *apud* BONNEVITZ, 2003, p. 60).

social na qual estão inseridos e por estar relacionado às condições de produção, ou seja, ao contexto histórico-social e ideológico no qual foi gerado. Em complemento, como observam Ciro Flamarión Cardoso e Ronaldo Vainfas (1997, p. 378. Grifos no original), “as ‘condições de seu [do discurso] reconhecimento’ dependem do poder, isto é, das instâncias capazes de legitimar ou não a sua aceitação na sociedade”. Traçando um paralelo dessas observações com a teoria dos campos de Bourdieu e o seu entendimento sobre classe, a linguagem, esse sistema simbólico pelo qual se exprimem ideias, portanto, ideologias, torna-se determinada pelo grupo cuja posição social for hierarquicamente “superior” no interior do campo. No caso do campo científico, os intelectuais experientes.

O entendimento do campo como um locus de acirradas disputas é o componente das formulações de Bourdieu que mais interessa para a presente análise. No entanto, há que se dar a ênfase adequada às questões externas ao campo específico, à conjuntura social e histórica em que se dá a disputa. Para cobrir tal lacuna, as teorias de Antonio Gramsci sobre a função social dos “intelectuais orgânicos” se mostram mais frutíferas.⁶ O filósofo sardo entende que

Todo grupo social, nascendo no terreno originário de uma função essencial no mundo da produção econômica, cria para si, ao mesmo tempo, organicamente, uma ou mais camadas de intelectuais que lhe dão homogeneidade e consciência da própria função, não apenas no campo econômico, mas também no social e político (...) (GRAMSCI, 2001, p. 15).

Gramsci entende, pois, que não há como os intelectuais fazerem uma análise neutra da realidade que o cerca. Ao contrário do que defende Bourdieu, a universalidade celebrada pelos “intelectuais tradicionais” seria

6 Creio existirem “diálogos possíveis” entre as teorias de Bourdieu e Gramsci, como entende Sônia Regina Mendonça. Com relação às questões de poder (Bourdieu) e hegemonia (Gramsci), as interações são viáveis. Como a teoria marxista de modo geral, Bourdieu vê a sociedade dividida em classes sociais, estando a hegemonia nas mãos de uma delas, que exerce sua dominação através um poder util, que ele denomina como “poder simbólico”. Ver: MENDONÇA, Sônia Regina de. Gramsci e Bourdieu: diálogos, Conferencista: Sonia Regina de Mendonça, PPGH e GPHP, UNIOESTE, 17/9/2018. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=2VZSTZXMaKI>. Acesso em: 21 jul./2024.

falsa,⁷ como nota Michael Burawoy⁸ ao comparar as percepções dos dois autores e ao apresentar as críticas de Gramsci a esse grupo de pensadores, vinculando-os ao projeto de

consolidação de uma dominação ideológica ao apresentar os interesses dominantes como sendo os interesses universais. Para Gramsci, os intelectuais da classe dominante *precisam* manter-se autônomos para poderem se *apresentar* como portadores de uma (falsa) universalidade. Gramsci encararia a universalidade defendida por Bourdieu (...) como nada muito além do que o aperfeiçoamento da ideologia dominante do capitalismo (BURAWOY, 2010, p. 63. Grifos no original).

Assim, ao propor o conceito de “intelectual orgânico”, Gramsci está afirmando que todo intelectual está organicamente associado a um grupo social, portanto, seria equivocado distingui-lo pelo que é inerente às suas atividades intelectuais, em vez de buscá-la no conjunto do sistema de relações no qual estas atividades se encontram, ou seja, dentro da ordem burguesa, revelando, assim, suas associações classistas (GRAMSCI, 2001, p. 18). Por conseguinte, tal percepção nos permite entender os conflitos entre intelectuais como um embate pela hegemonia entre forças sociais. E como a análise parte do entendimento da existência de disputas pela hegemonia no interior do campo científico, conforme teoria de Bourdieu, e dialoga com a questão da função social desempenhada pelos intelectuais, o conceito gramsciano de “intelectuais orgânicos” se mostra fecundo no oferecimento de subsídios que colaborem para o esclarecimento do problema a ser enfrentado.

7 Concordando com Burawoy (p.62), aqueles que Bourdieu entende como intelectuais, na perspectiva gramsciana seriam considerados “intelectuais tradicionais”, categorias “preexistentes, as quais apareciam, aliás, como representantes de uma continuidade histórica que não foi interrompida nem mesmo pelas mais complicadas e radicais modificações das formas sociais e políticas”, e que “se põem a si mesmos como autônomos e independentes do grupo social dominante”. Gramsci define como “utopia social” a crença dos intelectuais na sua independência ou autonomia (Gramsci, 2001, p. 16-17).

8 Michael Burawoy é outro autor que procura estabelecer uma relação entre as concepções de Bourdieu e Gramsci. Sobre a questão, ver: BURAWOY, Michael. “Tornando a dominação durável: Gramsci encontra Bourdieu”. In: BURAWOY, Michael. *O Marxismo encontra Bourdieu*. São Paulo/Campinas: Boitempo/Unicamp, 2010, p. 49-79.

No corrente estudo, as contendas entre intelectuais envolvem transformações nas interpretações historiográficas. Especificamente, remetem a um grupo de historiadores que, a partir dos anos 1990, em um contexto de grandes transformações sociais e historiográficas no mundo e no Brasil, passaram a questionar os paradigmas interpretativos clássicos sobre o período 1964-1985 de nossa história. Entendo que esses estudos podem ser caracterizados como revisionistas por fundamentam-se nos seguintes argumentos: na conjuntura pré-1964, devido ao pouco apreço que tinham pela democracia, lideranças políticas de todas as correntes (militares, setores da direita, das esquerdas e João Goulart) estavam dispostas a romper a ordem constitucional vigente desde 1945; e a “sociedade brasileira” consentiu e participou do processo de construção do novo regime.⁹ Tais argumentos são sintetizados na seguinte premissa: a ditadura foi uma construção histórico-social da sociedade brasileira.

Dentre os intelectuais que desenvolveram esse paradigma se destaca o historiador e professor Daniel Aarão Reis Fº, reconhecido por pares seus como inspiração de outros estudos (Rollemberg e Quadrat, 2011, p. 29). Tal perspectiva historiográfica ganhou reconhecimento e adesão para além das fronteiras acadêmicas, a ponto, podemos dizer, de se tornar hegemônica. Não sem, contudo, provocar grandes polêmicas e embates. Dada a relevância de Reis Fº, o estudo partirá da percepção do autor como um intelectual que ocupa uma posição superior dentro do campo científico, e que tem ativa participação como uma das lideranças de maior vulto nos debates ocorridos nos últimos trinta anos sobre o golpe de 1964 e a ditadura que se seguiu a ele. Nossa atenção se concentrará em levantar alguns aspectos centrais da retórica presente nos textos de Reis Fº, buscando identificar padrões que orientem o discurso do intelectual. Objetiva-se problematizar historiograficamente a produção do autor, visando compreender o processo de construção e disseminação e a lógica argumentativa revisionista, em torno

⁹ Se referindo a estudos voltados a “compreender melhor as tradições autoritárias presentes de forma transversal (das elites às camadas populares) na sociedade brasileira”, Reis Fº (2021, p. 445 e 459) assume que suas análises sobre a ditadura têm caráter revisionista. Na mesma obra, Rollemberg e Cordeiro (2021) reiteram essa admissão, associando tal cunho a trabalhos que revisaram interpretações hegemônizadas e enfrentaram temas inconvenientes ou tabus. Como críticos e criticados aceitam o termo, ainda que em sentidos distintos, o adotaremos para classificar os textos do autor.

do golpe de 1964 e da ditadura que a ele se seguiu. Como recorte, utilizei textos produzidos entre 1989 e 2021.¹⁰

Não é o objetivo fazer uma reflexão específica sobre as teses de Reis F.^º sobre a ditadura.¹¹ Mas, por vezes, os argumentos se confundem com os elementos retóricos usados pelo autor. Nesse sentido, serão citados e brevemente analisados, mas um estudo detido sobre os mesmos fica para investigações outras. Apesar de tais limitações, entendo que os excertos selecionados se mostram representativos de um universo maior, possibilitando denotar um caráter básico do discurso de Daniel Aarão Reis F.^º: a presença de uma retórica laudatória sobre a excelência científica da sua própria produção e da dos pares a ele próximos, apresentadas como neutras e apolíticas, e do desmerecimento/apagamento das análises que lhe são antagônicas/críticas, associadas à perspectiva marxista.

A excelência acadêmica: ética, pioneirismo e aconselhamento

O filósofo francês, Gilles Lipovetsky, sustenta que, a partir dos anos 1980, situamo-nos na hipermodernidade, um tempo-social caracterizado, entre outros traços, pelo hiperconsumo. Uma sociedade em que há uma mercantilização quase generalizada dos modos de vida (2004, p. 53), e em que a “escalada paroxística do ‘sempre mais’ se imiscui em todas as esferas do conjunto coletivo” (2004, p. 55). Esse tempo social em que se vive sob o regime da economia de consumo também é um tempo de comunicação em massa. Lipovetsky denomina essa sociedade como uma “sociedade-moda”, entendida como aquela que é marcada pelo excesso, pelas múltiplas

¹⁰ As fontes serão observadas com base no método apresentado por Laurence Bardin para análise de conteúdos (1977, p. 105). Isto posto, as mensagens foram recortadas em “unidades de registro”, visando “descobrir os ‘núcleos de sentido’ que compõem a comunicação e cuja presença, ou frequência de aparição podem significar alguma coisa para o objetivo analítico escolhido”. Tais unidades consideradas são os “temas-cixo” ao redor dos quais é organizado o discurso. Paralelamente, foram delimitadas as “unidades de contexto” – que são fragmentos da mensagem, como, por exemplo, a frase ou o parágrafo em torno do tema – que, apresentadas ao longo do artigo, podem auxiliar na análise.

¹¹ Para uma análise do discurso historiográfico revisionista de Daniel Aarão Reis F., ver: Vasconcelos (2024).

possibilidades de escolha, regida pelo efêmero, e onde a sedução permanente torna-se fundamental. Para tal, a novidade apresenta-se como um importante elemento de atração (2004, 60-61). Dado que, como afirma Lipovetsky, essas características interferem em todas as esferas do conjunto coletivo, a produção intelectual também não fica alheia a estas novas dinâmicas sociais. Por isso, a ânsia por novas tendências, novos objetos, novas metodologias, novas fontes, novas abordagens, novas teorias, novos “modismos” também invade o espaço acadêmico e exercem atração.

No que se refere especificamente à História, entre os anos de 1960 e 1980, ocorreu uma profunda transformação no modo como ela é produzida. Surgiram novas abordagens, questões, temas, objetos, fontes, perspectivas e metodologias de análise histórica, e historiadores passaram a criticar e questionar os modelos interpretativos hegemônicos até então. Esse processo que contou com as contribuições da terceira geração da *Escola dos Annales* resultou, como salienta José D’Assunção Barros (2011, p. 38-39) na emergência e influência da denominada Nova História Cultural, em suas diversas correntes. A ela se somam interpretações que podem ser enquadradas no campo da Nova História Política. Por conseguinte, nos tempos que têm a “novidade” como objetivo, concepções ditas “novas” tornam-se as perspectivas a serem seguidas. Em função dessa predominância, desde então, grande parte dos trabalhos historiográficos pode ser enquadrada em uma ou outra, quando não, na confluência dessas duas correntes interpretativas, como lembra Barros (2011, p. 39).

Esse é o caso do historiador Daniel Aarão Reis F., que concluiu a graduação e cursou o mestrado na França na década de 1970, portanto, durante o contexto de transmutação historiográfica. Influenciado por esse processo, declara que as suas investigações e as de outros que adotam a mesma perspectiva que ele “têm sido feitas, informadas pelos critérios da história política renovada e da história cultural” (REIS F., 2014b, p. 9), isto é, na convergência entre as correntes interpretativas em evidência. Com essa base, desenvolve seus estudos em diversos temas. Quanto à sua produção sobre a ditadura, foi iniciada com sua tese de doutorado publicada em 1990 e cresceu a partir de meados da mesma década, ganhando fôlego e disseminação a partir de meados dos anos 2000.

Professor titular aposentado do curso de graduação em História da Universidade Federal Fluminense (UFF), atuando ainda no Programa de Pós-Graduação em História da mesma instituição, com pós-doutorado em universidades brasileiras e estrangeiras, Daniel Aarão Reis F.^º é um intelectual de vasta e reconhecida produção.¹² Muitas vezes premiado, é autor de 21 livros, organizador de 26;¹³ 80 capítulos de livros; 39 artigos e 211 textos em jornais e periódicos. Participou de 303 eventos, sendo o organizador de 12; atuou como consultor de institutos de pesquisa; é pesquisador IA do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq); participou de 52 bancas de mestrado e 50 de doutorado, sendo o orientador, respectivamente de 23 dissertações e 33 teses. Orientou, ainda, 27 monografias de final de curso de graduação e 10 de conclusão de curso de especialização. Foi também membro da banca de 9 seleções de professores universitários, Coordenador do Núcleo de Estudos Contemporâneo, desde 1996, exerceu a chefia do departamento de História (1989-1991) e coordenou o curso de mestrado em História (1996-1998).

Esse breve resumo de sua trajetória mostra que o historiador apresenta uma série de requisitos que nos permite considerá-lo, nos termos de Bourdieu, como um intelectual detentor de grande capital científico e dos dois tipos de poder existentes no interior do campo: o “institucional” e o “puro”. O primeiro, ligado, em geral, à ocupação de posições importantes nas instituições científicas (direção, comissões, comitês etc.), “ao poder sobre os meios de produção (contratos, créditos, postos etc.) e de reprodução (poder de nomear e de fazer as carreiras) que ela assegura”, e se adquire através de estratégias políticas (participação em comissões, bancas de teses e de concursos, colóquios, cerimônias, reuniões etc.). O segundo, relativo ao “prestígio” pessoal, obtido “principalmente, pelas contribuições reconhecidas ao progresso da ciência (publicações, especialmente nos órgãos mais seletivos e mais prestigiosos, portanto aptos a conferir prestígio)” (Bourdieu 2004, p. 35-36).

¹² Os dados sobre a produção intelectual de Reis F.^º foram retiradas de seu Currículo Lattes. Disponível em: <http://lattes.cnpq.br/5545617046802074>. Acesso em: 30/6/24; e de sua página pessoal: Disponível em: <https://www.danielaraoreis.com/livros>. Acesso em: 30/6/24.

¹³ Dos 21 livros que escreveu, 7 são sobre a ditadura; dos 26 por ele organizados, 6 são sobre o regime. Quanto aos artigos, redigiu 39, sendo 8 sobre a ditadura; e, ainda, 80 capítulos de livros, dos quais, 31 são sobre a temática.

Esse somatório de predicados atrai, porém, não basta por si. Para que uma interpretação influencie os caminhos da produção, é preciso que seu discurso reafirme seu poder simbólico,¹⁴ o que depende da constituição de uma base social que sirva de suporte na produção de um consenso em prol dos agentes que ocupam posições dominantes no campo. Esse grupo não precisa ser obrigatoriamente a maior parte, mas aparentar representar o consenso da maioria. Da igual modo, para Bourdieu (2000, p. 136), essa base social não necessariamente se traduz em um grupo mobilizado, mas em uma classe provável,¹⁵ composta por um conjunto de agentes que ocupam posições similares e hierarquicamente “superiores” no “espaço social”,¹⁶ e que, em função dos condicionamentos semelhantes, possuem atitudes e interesses análogos, o que os leva a adotar práticas e posições similares, e os capacita a reconhecer e legitimar o “capital simbólico” (reconhecimento, prestígio) do agente.

No caso do campo científico, o grupo no qual os intelectuais buscam esse suporte é o conjunto de seus pares. Parte está em posições homólogas: a fração mais consagrada dentre eles. Outros encontram-se em localizações subordinadas: os jovens pesquisadores, agentes que não se apresentam como portadores de autonomia intelectual, o que faz

¹⁴ Bourdieu entende “O poder simbólico como poder de constituir o dado pela enunciação, de fazer ver e fazer crer, de confirmar ou de transformar a visão do mundo e, deste modo, a ação o equivalente daquilo que é obtido pela força (física ou econômica), graças ao efeito específico de mobilização, só se exerce se for *reconhecido*, quer dizer, ignorado como arbitrário. Isto significa que o poder simbólico não reside nos “sistemas simbólicos” em forma de uma “illocutionary force” mas que se define numa relação determinada e por meio desta entre os que exercem o poder e os que lhe estão sujeitos, quer dizer, isto é, na própria estrutura do campo em que se produz e se reproduz a *crença*. O que faz o poder das palavras e das palavras de ordem, poder de manter a ordem ou de a subverter, é a crença na legitimidade das palavras e daquele que as pronuncia, crença cuja produção não é da competência das palavras” (2000, p.14-15). Grifo do autor).

¹⁵ Bourdieu define classes como “(...) conjuntos de agentes que ocupam posições semelhantes e que, colocados em condições semelhantes e sujeitos a condicionamentos semelhantes, têm, com toda a probabilidade, atitudes e interesses semelhantes, logo, práticas e tomadas de posições semelhantes. Esta classe no papel tem a existência teórica (...). Não é realmente uma classe, uma classe atual, no sentido de grupo e de grupo mobilizado para a luta; poder-se-ia dizer, em rigor, que é uma classe provável, enquanto conjunto de agentes que oporá menos obstáculos objetivos às ações de mobilização do que qualquer outro conjunto de agentes” (2000, p.136).

¹⁶ Bourdieu caracteriza “espaço social” como espaço de posições em que agentes, grupos e instituições estão situados, e é construído de modo que, em função da proximidade ou afastamento, mais ou menos propriedades terão em comum. Em função dos capitais que possuem, os agentes ocupam posições dominadas ou dominantes (1990, p. 153; 1996, p. 18-19).

com que permaneçam atrelados aos intelectuais mais experientes ou a reboque deles. Mas, para que os pares possam colaborar na construção do consenso, é preciso que o discurso dos agentes em posições superiores chegue a eles, para que, em seguida, executem o papel de (re)produzir as perspectivas hegemônicas. Como no mundo acadêmico temos contato com um limitado **número das teses desenvolvidas, os pesquisadores experientes**, que são os que estão em posições superiores, selecionam/divulgam determinadas perspectivas. Ao fim, “impõem” seus critérios de escolha, e institucionalizam os dizeres que devem ser ditos/repetidos.

Esse é um método inerente à dinâmica do ofício dos intelectuais. A atuação como professor exige que se façam recortes sobre o conhecimento/teses/autores que serão debatidos em aula. Esse procedimento é padrão nas disciplinas obrigatórias e, em maior monta, nas chamadas de específicas, quando os docentes, geralmente, se debruçam sobre temas próximos de suas pesquisas particulares. Essa seleção é refinada ainda mais em grupos, núcleos e laboratórios de pesquisa, quando as referências temáticas, teóricas e metodológicas dos pesquisadores experientes norteiam os debates. Tal evolução encontra seu ápice nas orientações de monografias de fim de curso. Em certa medida, essa dinâmica segue no mestrado e doutorado, ainda que, nessas fases, os alunos apresentem progressivamente graus de autonomia. Soma-se a isso o fato de que os cursos de pós-graduação são procurados por estudantes muitas vezes originários de outras instituições e que buscam especificamente certos programas para serem assistidos por certos professores, evidência de que o capital simbólico do intelectual atravessou os muros da instituição em que atua profissionalmente.

Logo, é principalmente pelos seus professores/intelectuais que os jovens pesquisadores têm acesso aos conhecimentos científicos produzidos, refletem sobre e se apoderam de tais saberes. Como esses intelectuais também geram as esferas e os instrumentos de legitimação (instituições de pesquisa, universidades, academias, publicações, prêmios, distinções, acesso, instrumentos de reprodução do corpo docente, controle na distribuição de recursos e bolsas de pesquisa), reforça-se o poder de atração sobre os pesquisadores em início de carreira, que tentam herdar parte do capital científico daqueles aos quais se filiam e, muitas vezes, precisam para

ascensão profissional.¹⁷ Os pesquisadores experientes, em contrapartida, asseguram-se de um poder sobre a pesquisa e “de clientelas dóceis e de todo o cortejo de citações de complacência e de homenagens acadêmicas” (Bourdieu, 2004, p. 39). Em outros termos, no discurso científico, o intelectual se impõe como um “perito” que, dependendo de sua posição no interior do campo e do seu poder simbólico, pode ter maior ou menor probabilidade de sucesso na tentativa de atrair confiança em si e nas suas escolhas. Uma vez que se confia no capital simbólico do intelectual, seus padrões e valores são considerados “naturais” e até mesmo inquestionáveis. Nesse processo, os jovens pesquisadores, pela vinculação, disseminam ideias, que, em última instância, são originárias dos intelectuais em posições superiores. Ao fim, contribuem para a instituição do consenso que legitima e reforça o poder simbólico de tais agentes.

Um dos meios de se conquistar essa confiança, construir o “consenso” em torno de suas teses e reforçar seu poder simbólico é através da afirmação de sua competência científica. No caso de Daniel Aarão Reis F.^º, isso foi feito via autorreferências laudatórias, a si e a seu grupo, da apresentação como locutor neutro, por meio da autoidentificação como um pioneiro que, alinhado com as correntes historiográficas ditas “novas” e dotado dos mais adequados instrumentais analíticos, detém a chave interpretativa adequada para a interpretação dos fatos na sua “verdadeira dimensão histórica”. Em complemento, apresenta-se como conselheiro, que indica os caminhos da pesquisa histórica.

O argumento da autorreferência laudatória pode ser notado em trecho do artigo “Um passado imprevisível: a construção da memória da esquerda nos anos 60”.¹⁸ Ao fazer alusão a seu livro *A revolução faltou ao*

¹⁷ Para Bourdieu, os poderes “institucional” e “puro” são de difíceis acumulação e transmissão. O primeiro é de mais fácil transmissão, pois assume um caráter mais burocrático (participação em conselhos, comissões, bancas de concursos de recrutamento e aperfeiçoamento, lugares nos quais mediante o poder de que exercem sobre a produção e reprodução, estão em condições de assegurar a perpetuação do corpo de pesquisadores). Já o poder “puro” está associado ao carisma. Não pode, assim, ser objeto de uma “portaria de nomeação”. Apesar disso, é possível transmitir a parte mais formalizada de sua competência científica, via um longo trabalho de colaboração, que envolve fazer a reputação de pesquisadores, assinar com eles, publicá-los, recomendá-los para as instâncias de consagração etc. (2004, p. 36-37, 39, 41).

¹⁸ O artigo foi publicado pela primeira vez na revista *Teoria e Debate*, no ano de 1996. Para efeito de citação, utilizarei a versão, sob título ligeiramente diferente, presente em livro coletivo, publicado no ano seguinte. Para a primeira exposição do texto, ver: Reis F.^º, Daniel

encontro (1989), que parcialmente se sustenta em depoimentos de membros da luta armada, o autor afirma que aquela obra estava “apoiada também em minucioso levantamento de documentos e entrevistas” (REIS F.^º, 1997, p. 42). Diferente do que fez no livro, não esclarece no artigo que nem todas as entrevistas foram feitas por ele.¹⁹ Essa elipse não invalida a importância do material, mas, no caso, o mérito poderia ser compartilhado com uma menção ao autor de parte das entrevista. De concreto, a existência do autoelogio com relação à prática do ofício de historiador finda por apresentar o autor como estando em uma posição de excelência profissional, ou seja, detentor de um capital simbólico, o que, consequentemente, pode produzir efeito de atração sobre o auditório.

Para cumprir a função de atração, não basta, no entanto, um discurso sobre o manejo adequado dos instrumentais do ofício. Como complemento, o argumento da excelência caminha ao lado do que destaca o pioneirismo do autor, extensivo ao grupo de analistas que dialoga com suas premissas, no que diz respeito aos estudos sobre o que denomina como as “complexas relações entre sociedade e ditadura”. É o que se revela em dois momentos: quando da identificação da ditadura como um fenômeno histórico-social e, como consequência desse entendimento, quando da defesa do uso da caracterização “civil-militar” para definir o golpe e a ditadura.

Com relação à percepção da ditadura como uma construção histórico-social, a argumentação de Reis F.^º está baseada na tese geral de que “a sociedade brasileira” tem dificuldade de compreender a sua participação na ditadura, mas não se pode negar seus fundamentos históricos e sociais. (2004, p. 134). Contudo, finalmente essa lacuna estava sendo suprida:

Estudos pioneiros, alguns ainda em curso, já têm evidenciado mais que ambiguidades, ambivalências, trânsitos inesperados e surpreendentes. Veneráveis instituições já estão se tornando, ou podem se tornar objetos de estudos históricos, como, para ficar nas de tradições mais nobres, a Associação Brasileira de Imprensa (ABI), a Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), a Conferência Nacional dos Bispos Brasileiros

19 Aarão. “Este imprevisível passado”. *Teoria e Debate*, n. 32, jul./1996. Disponível em: <https://teoriaedebate.org.br/1996/07/or/este-imprevisivel-passado/>. Acesso em: 15 jul. 2024.

Nos agradecimentos, cita que grande parte dos depoimentos foi tomada por Marcelo Ridenti (REIS F.^º, 1989, p. 9).

(CNBB), a Academia Brasileira de Letras (ABL), o Conselho Federal de Cultura (CFC), o Ministério das Relações Exteriores, os cursos de pós-graduação, a imprensa e os meios de comunicação. Sem falar nos órgãos repressivos, nas festas patrióticas, nos movimentos de direita... (2010, p. 178).²⁰

Em 2014, constatamos a mesma premissa quando Reis F.^º alega que “Muitos estudos têm percorrido essa senda [das complexas relações entre sociedade e ditadura] (...)” (2014b, p. 9). O argumento se repete em 2021 (p. 445, 446-447), na ocasião em que afirma que o reconhecimento da participação de segmentos da sociedade no apoio e validação do golpe continua pouco estudado. Em todos esses artigos, exalta pesquisas que seguiriam nessa direção, mencionando pesquisadores que comungam das mesmas perspectivas que ele, em particular, aos que são membros do Núcleo de Estudos Contemporâneos da Universidade Federal Fluminense (NEC/UFF).²¹ Além da valorização desses trabalhos, percebe-se nos excertos citados, a apresentação de temas dignos de pesquisa. Esse papel de “conselheiro” fica explícito em outros textos, como em 2012, quando Reis F.^º citou:

Também seria interessante pesquisar as grandes empresas estatais e privadas, os ministérios, as comissões e os conselhos de assessoramento, os cursos de pós-graduação, as universidades, as academias científicas e literárias, os meios de comunicação, a diplomacia, os tribunais. Estiveram ali, colaborando, eminentes personalidades, homens de Bem, alguns seriam mesmo tentados a dizer que estavam acima do Bem e do Mal (2012).

²⁰ Artigo originalmente apresentado como Aula Inaugural do Programa de Pós-Graduação em História, Política e Bens Culturais do Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (CPDOC) da Fundação Getúlio Vargas (FGV), em 22 de março de 2010.

²¹ Dos pesquisadores listados, constam como membros do NEC: Denise Rolleberg (2008); Janaina Martins Cordeiro (2009 e 2012); Paulo César Gomes Bezerra (2010) e Beatriz Kushnir (2004). São citados ainda: Samantha Viz Quadrat (2009); Gustavo Alonso (2011); Aline Presot (2004), Lucia Grinberg (2004); Rodrigo Patto Sá Motta (2008 e 2014); Francisco Carlos Teixeira da Silva (2012); Carlos Fico (2004), Adjovanes T.S. de Almeida (2009). Cf: dgp.cnpq.br/dgp/espelhogrupo/6971819271114337; <https://www.instagram.com/nec.uff/>. Acesso em 2 de out./2024.

Tempos após receber críticas de autores que adotam o conceito “empresarial-militar” para definir o golpe e a ditadura,²² ocorreu uma transmutação com relação ao perfil temático presente no conselho. Pesquisas focadas no envolvimento desses atores são depreciadas, por, na visão do autor, afirmarem que a ditadura havia sido “sustentada apenas por militares ou por empresários e setores das classes dominantes de quem os militares teriam sido os ‘agentes’ ou ‘braços armados’” (2021, p. 447. Grifos no original). Em paralelo, há uma atualização do que deve ser estudado: “Muito há ainda a pesquisar para a melhor elucidação das relações complexas entre ditadura e sociedade no Brasil. Cabe, em particular, sublinhar a necessidade de compreender melhor como se comportaram as mulheres e os homens “comuns” durante a ditadura. (...)” (2021, p. 447). Logo, os temas dignos de pesquisa passaram a ser associado não mais a grandes instituições civis – fossem elas ligadas ao poder público ou pertencentes ao que vulgarmente é denominado como sociedade civil –, mas ao cidadão comum. Qual a razão da mutação: esgotamento do objeto? Necessidade de ampliação do espectro de pesquisa? Argumentação elaborada *a posteriori* para responder a críticas, especialmente as que argumentam a impropriedade da tese do consentimento “da sociedade” para o golpe e a ditadura? *A priori*, não há problema na mudança do objeto de pesquisa. Como Reis F.^º mesmo afirma, anos antes de sugerir estudos sobre as grandes empresas: “vou sempre efetuando ajustes e redefinições, retoques, suscitados por sucessivos debates e pela reflexão sempre cambiante sob o influxo das circunstâncias e das polêmicas do tempo em que se vive” (2010, p. 172). Tais alterações são, pois, naturais. A questão é que um tema que antes era tido como relevante, e que é objeto privilegiado e ganhou destaque a partir de estudos de seus críticos, passou a ser questionado. **É possível inquirir se tais modificações ocorreram, ao menos em parte, porque as críticas mais severas vêm de pesquisadores alinhados ao estudo da participação empresarial no golpe e na ditadura.**

Não obstante, há um ponto delicado no que se refere ao mencionado pioneirismo de Reis F.^º e dos pesquisadores a ele próximos. Uma breve referência às bases nas quais se fundam pesquisas anteriores aos anos 1990 fragilizavam o argumento de que o entendimento da ditadura

22

Ver Melo (2012, 2013 e 2014) e Lemos (2012).

como uma construção histórico-social era ignorado pela academia (2014c, p. 127). Trabalhos de referência, publicados ao longo dos anos 1960 e 1980, que compõem o corpo de primeiras importantes interpretações sobre o golpe e a ditadura, de modo geral, são esforços na tentativa de demonstrar e explicar as raízes históricas e sociais do golpe e da ditadura ao longo dos anos anteriores a 1964.

Um dos primeiros esforços para compreender o que ocorreu no Brasil em 1964 foi feito por Florestan Fernandes em *A revolução burguesa no Brasil: ensaios de interpretação sociológica* (2006).²³ Escrito entre 1966 e 1974, nessa obra, Fernandes parte do pressuposto de que, para entender por que houve um golpe em 1964, o que era a ditadura brasileira e qual sua natureza, a problemática científica deveria a ser a expansão do capitalismo e não o Brasil. Assim, busca as conexões da dominação burguesa com o desenvolvimento periférico. Portanto, o objeto é o golpe, mas as respostas estão nas raízes da formação social brasileira. Em suma, Fernandes fez uma análise histórico-social.

Fernando Henrique Cardoso, por sua vez, em obras produzidas ao longo dos anos 1960 e início dos anos 1970, também pensa o Brasil a partir de sua inserção no capitalismo e na longa tradição do liberalismo, e faz uma análise integrada dos fatores econômicos, sociais e políticos, considerando as realidades interna e externa. Especificamente em “O modelo político brasileiro” (1977), conclui que o golpe foi uma consequência política de transformações na estrutura econômica do país, inserida no contexto internacional da nova fase do capitalismo pós-década de 1940. Com relação ao regime, identifica um tripé sócio-econômico que o sustenta: as grandes empresas de tipos nacional, internacional e estatal. Além delas, outros setores que devido às afinidades ideológicas com o Estado autoritário assumiram papéis importantes: as Forças Armadas, força repressiva, no plano social, e a tecnocracia, no plano administrativo, como modernizadoras. Em síntese, Cardoso também elabora um esforço de análise histórico-social da formação social brasileira para entender o golpe e a ditadura.

23

Apenas em 2014, Daniel Aarão Reis F.^º faz referência a Florestan Fernandes. Reconhece que o sociólogo paulista insere a ditadura na longa duração, mas salienta a diferença de perspectiva entre os dois (2014a, p. 235, nota 4).

Alfred Stepan, em seu livro *The Military in Politics*,²⁴ publicado nos Estados Unidos em 1971, constrói um modelo para elucidar o padrão da relação militares-política em nosso país no período 1945-1964: o padrão moderador. De acordo com essa construção, os militares brasileiros historicamente funcionariam como moderadores da atividade política, depondo, em momentos de crise, o chefe do Executivo, e transferindo o poder para grupos civis alternativos. Mas, na crise de 1964 os militares não se limitaram a esse papel e assumiram o poder político. Para entender o rompimento do padrão habitual, Stepan analisa uma série de transformações econômicas, políticas e sociais, pós-1945, que alteram condições do sistema político e da instituição militar. Sintetizando, Stepan examinou o país “durante um período de tempo relativamente longo [1945-1968], de modo a analisar as condições políticas e econômicas que sustentam e corroem diferentes padrões de relações entre civis e militares” (1975, p. 10). Portanto, é outro analista que fez um estudo que considera fatores históricos e sociais que culminaram com o golpe de 1964 e com a instauração da ditadura.

Outra fundamental análise sobre o golpe e a ditadura é o livro *1964: a conquista do Estado – Ação Política, Poder e Golpe de Classe* (1981). A obra de René Dreifuss investiga as condições que permitiram a tomada de poder e a natureza das políticas postas em prática nos anos seguintes ao golpe de 1964, mas não só. A proposta do autor é a de estudar o processo histórico que levou à ascendência econômica do capital multinacional e associado sobre a economia e política brasileira. Para isso, foi além do fenômeno imediato e recuou no tempo até a virada das décadas de 1920 para 1930, objetivando mostrar o curso através do qual a burguesia industrial formou o bloco burguês que, paulatinamente, procurou redefinir as relações de poder dentro do Estado. Ao fim, o golpe é descrito como uma ação política conjunta e organizada do empresariado e dos militares, sob liderança do bloco econômico multinacional e associado, ou seja, possui um caráter de classe burguês. Após o golpe, é mantida a natureza capitalista do Estado e há a predominância de técnicos civis nos ministérios e órgãos administrativos tradicionalmente não-militares. Logo, Dreifuss também faz uma análise histórico-social do processo que levou ao golpe de 1964 e à ditadura.

24

Para a edição brasileira, ver: STEPAN, 1975.

Entendo, pois, que não há evidência de que tais análises pioneiras ignorem que a ditadura foi um construção histórico-social. Ao contrário, são estudos que demonstram as conexões históricas e sociais da ditadura. São as reflexões de Reis F.^º que não estabelecem os nexos sócio-históricos dos “civis”, ao fundamentarem-se no binômio liberal “sociedade *versus* regime”, naturalizando e compartilhando a ideologia própria da instituição militar (sociedade dividida entre militares e civis), se distanciando da dinâmica da luta de classes (civis + militares) (Melo, 2012, p. 44). Logo, a existência de uma antítese entre as análises sobre a ditadura e a constatação de que ela é uma construção histórico-social, mencionada por Daniel Aarão Reis F.^º, é um artifício enganoso. Por isso, apresentado como novidade e evolução analítica, um dos fundamentos sobre o qual se edifica sua tese tem uma base frágil. Resta refletir sobre um segundo aspecto importante nas análises do autor: a caracterização “civil-militar” para definir o golpe e a ditadura.

Esse enfoque estava ausente das primeiras observações do autor e ganhou destaque progressivamente. Em 2010, na já citada palestra a alunos do CPDOC, Reis F.^º reconhece esse fato quando afirma: “Eu mesmo empreguei o termo [ditadura militar], e quantas vezes, inclusive em título de livro, contribuindo para consolidar uma tradição equivocada, do que hoje me arrependo” (2010, p. 183, nota 11). Na mesma ocasião, porém, atestou a propriedade da mudança da caracterização: “Estou convencido de que seria útil compreender melhor as complexas relações entre sociedade e ditadura. O seu caráter civil-militar. A participação maciça das gentes no momento de sua instauração” (2010, p. 178). A partir de então, percebe-se que a abordagem dessa questão passou a ser marcada por um discurso autorreferenciado, como em entrevista concedida a Mariana Joffily e Sergio Luis Schlatterem, em 2011, quando Daniel Aarão Reis F.^º afirmou: “Eu já há alguns anos, inclusive, venho chamando a ditadura de ditadura civil-militar” (JOFFILY e SCHLATTER, 2011, p. 246).

De fato, não há nessas passagens uma declaração de que foi o pioneiro no uso. Mas, também não há menção a autores que, antes de Reis F.^º, usaram terminologia idêntica e/ou que analisaram a participação civil no golpe e na ditadura, ainda que em outras concepções. Somente em 2014,

após alertas sobre essa omissão,²⁵ encontramos a primeira referência a tais trabalhos. Diz o autor: “cabendo ainda frisar, nesse terreno, o papel pioneiro de René Dreyfuss [sic] (1981) e Jacob Gorender (1987),²⁶ que já haviam registrado a participação dos civis na preparação e na execução do golpe, embora limitando suas análises às elites sociais e políticas” (REIS F.^º, 2014b, p. 9-10).

Ainda que tardia, é louvável a citação, e a admissão das diferenças entre as perspectivas. Contudo, ao frisar o foco de observação dos estudos, finda por dar relevo ao ineditismo de seu olhar. Mas esse reconhecimento não dá conta da questão. Uma análise mais detida da produção sobre o golpe de 1964 e a ditadura revela que a percepção de um caráter civil vai muito além dos trabalhos de Dreifuss e Gorender e está presente já nos primeiros estudos significativos sobre tais temas.

De maneira breve, podemos afirmar que o termo “civil-militar”, embora também com diferenças de fundo entre si, está presente nas análises de Alfred Stepan (1975, p. 113, 120 e 143) e Maria Helena Moreira Alves (1984, p. 21, 54 e 315). Não se trata, porém, de um uso vago, impreciso. Em tais obras, essa caracterização remete a sentidos específicos que dialogam diretamente com as teses dos autores. Para Stepan, o termo civil-militar tem relação com a perspectiva de sanção civil (em particular, da elite civil) para o golpe e para o regime. Ainda que centre sua análise no papel político dos militares ao longo de duas décadas da história brasileira, o golpe, para o cientista político estadunidense, é resultado de uma coalizão civil-militar. Alves (1984, p. 315), por sua vez, entende que a intervenção tem caráter civil-militar e aparece como resultado de um processo em que marcado pela comunhão de interesses das classes clientelísticas brasileiras, associadas ao capital internacional, ou seja, ela adota uma perspectiva classista com relação ao golpe e a ditadura.

Sem que façam uso da terminologia “civil-militar”, a compreensão da associação entre civis e militares, para o golpe e a ditadura, pode ser deduzida das interpretações de Florestan Fernandes (2006), que considera o regime uma autocracia-burguesa, Fernando Henrique Cardoso (1977),

²⁵ Ver, por exemplo, Melo (2012 e 2013) e Matos (2008 e 2014).

²⁶ A referência do autor é a: GORENDER, Jacob. *Combate nas Trevas - A Esquerda Brasileira: das ilusões perdidas a luta armada*. São Paulo: Ática, 1987.

que entende o regime como baseado no modelo de dominação burocrático-militar, e Guillermo O'Donnell (1986), que o define como um Estado burocrático-autoritário. Além disso, até mesmo autores próximos a Reis F.^º usaram essa caracterização para o golpe e o regime primeiro, e não são referenciados, como Marcelo Ridenti (1993, p. 31, 62 e outras) e Denise Rolleberg (1999, p. 49). Porém, de modo especial, é no trabalho de Dreifuss (1981), tardiamente reconhecido por Reis F.^º, que essa conexão foi demonstrada, em detalhes. A admitida diferença de perspectiva entre os autores revela como é temerária a afirmação de Reis F.^º de que “a sociedade brasileira” participou da construção de um regime que tinha por práxis a tortura. Como demonstra o cientista político uruguaio, setores da sociedade brasileira participaram, sim, do golpe e da ditadura. Essa qualificação está difusa nas reflexões de Daniel Aarão Reis F.^º.

Portanto, em um tempo social cuja ênfase fica posta, nos termos de Gilles Lipovetsky, na obrigação do movimento, “o princípio-moda ‘Tudo o que é novo apraz’ se impõe como rei”, e “a neofilia se afirma como paixão cotidiana e geral. (...)” (2004, p. 60-61). A retórica do pioneirismo empregada por Reis F.^º corresponde a essa percepção, mas, apesar de destacar o ineditismo da tese, não existe novidade em sublinhar o caráter civil da ditadura. Salientar esse aspecto pode resultar em incorreções analíticas sobre o período. Como critica Renato Lemos (2012), “Reiterar a informação do “apoio civil”, conferindo-lhe o status de novidade historiográfica, estimula os interessados em geral, e os jovens historiadores em particular, a adotarem uma abordagem temerosa de ir a fundo na conexão dos eventos em questão com poderosos interesses classistas, (...”).

Destarte, trata-se de tarefa indispensável qualificar e não generalizar essa participação a todo o corpo social. É preciso entender os fundamentos do golpe e do regime ditatorial para compreensão dos seus nexos sócio-históricos, de a quais interesses serviram, o que é algo que trabalhos sobre esses temas apontam há tempos e que está ausente nas interpretações de Daniel Aarão Reis F.^º. Portanto, as noções de ditadura como construção “histórico-social” e “civil-militar”, na acepção revisionista, possuem bases frágeis que em nada acrescentam ou avançam no entendimento do golpe e da ditadura.

Apesar dos questionamentos quanto às premissas de Reis F.^º, não se pode menosprezar o fato de que, em tempos marcados pela cultura do excesso, ânsia pela novidade e extrema competição, o recurso a formações discursivas que reforçam os predicados de pioneirismo, capacidade científica e o papel conselheiro colaboram no processo de atração sobre os pares, especialmente os jovens pesquisadores, concorrendo para a construção de um “consenso” em torno de suas teses, e reforçando, em última instância, o seu poder simbólico. Em paralelo, a retórica do autor também tem por marca o questionamento e a deslegitimização dos críticos e seus argumentos, como exposto a seguir.

Nós vs os outros

No processo de disputa por poder no interior do campo científico, o discurso intelectual revisionista, ao mesmo tempo em que trabalha de modo a incutir algumas perspectivas e práticas, silencia as antagônicas ou divergentes. De um lado, se apresenta como sinônimo de boas práticas científicas, se positiva, a ponto de se situar como única possível, a prática e a perspectiva dos pesquisadores revisionistas sobre a ditadura. De outro, por vezes explicitamente, noutras, por dedução, os que discordam, os seus críticos, representam o extremo oposto: o outro, o impreciso, o incorreto, o equivocado, o ultrapassado, o negativo, o não digno de ser considerado científico, o que é apagado, ignorado. Como exemplo, essa propriedade se nota no trecho abaixo:

Tornou-se um lugar comum chamar o regime político existente entre 1964 e 1979 de “ditadura militar”. Trata-se de um exercício de memória, que se mantém graças a diferentes interesses, a hábitos adquiridos e à preguiça intelectual. O problema é que esta memória não contribui para a compreensão da história recente do país e da ditadura em particular.

É inútil esconder a participação de amplos segmentos da população no golpe que instaurou a ditadura, em 1964. É como tapar o sol com a peneira (REIS F.^º, 2012).

A alegação sobre a inutilidade de se esconder a participação de amplos setores sociais no golpe sugere a afirmação: “nós não escondemos, mas alguém esconde”. Embora não haja uma acusação a esse respeito, cabe questionar se a referência é a analistas que agiram dessa forma ou ao discurso social, em sentido amplo. Em um procedimento discursivo em que, pouco antes, quem caracteriza o regime como militar é denominado de “preguiçoso”, e dado que um grupo de estudiosos comprehende a ditadura por esse prisma, a associação a eles é automática. A respeito especificamente desse tratamento dado aos pares que lhe são críticos, expressões como “preguiça intelectual” poderiam ser um deslize retórico, mas, de fato, **não** são. O uso de termos que desmerecem ou ironizam análises discordantes é comum nos seus textos, como se nota no seguinte fragmento de um artigo mais recente.

O essencial é superar as simplificações de uma pobreza franciscana que continuam a sustentar, contra todas as evidências, que a ditadura teria sido sustentada apenas por militares ou por empresários e setores das classes dominantes de quem os militares teriam sido os “agentes” ou “o braço armado”, fórmulas imprecisas, elaboradas em nome de uma ortodoxia marxista tão mais arrogante quanto mal dirigida e que perdem a capacidade de flagrar e compreender a especificidade do processo histórico real (2021, p. 447).

Observa-se, novamente, que as críticas depreciam interpretações diferentes da sua, sendo que, dessa vez, fica evidente que a referência é a analistas que fundamentam suas teses em outras bases, na passagem, acusados de apresentarem argumentos simples, pobres. Torna-se também clara a definição quanto ao grupo de intérpretes criticados: os marxistas, que ele designa como ortodoxos, rotulados de arrogantes, incapazes de compreender a especificidade do processo histórico. Contudo, tais analistas não são nominados. Como é comum nos textos de Daniel Aarão Reis F.^º, raramente há menção a trabalhos que não sejam de pesquisadores do NEC ou de pesquisadores que comunguem de suas teses. Se esses autores forem seus críticos, nunca há referência elogiosa. Se criticados, raríssimas vezes

são nominados. Quando são, seus argumentos não são referenciados. Não há, portanto, uma identificação precisa dos que o criticam e nem alusão aos estudos que refuta. A retórica discursiva de Reis F.^º está marcada pelo apagamento do outro.

Por conseguinte, no excerto acima, ao não mencionar especificamente a quem se refere, novos questionamentos surgem: quem diz que a ditadura teria sido sustentada apenas por militares ou empresários? Quais analistas apresentam uma visão instrumental dos militares como agentes ou braço armado de uma elite? A não identificação de onde constam tais argumentos e de quem os sustentam prejudica a comprovação das teses de Reis F.^º. Resta como indicação a associação aos intérpretes da corrente marxistas. Mas o vínculo da classificação da ditadura como militar a esse grupo de analistas não resiste, se confrontada com algumas breves referências historiográficas.

Primeiro, nem todos os pesquisadores de concepção marxista caracterizam o regime como militar. Parte adota a definição “empresarial-militar”. Mas, de fato, há historiadores dessa perspectiva que compreendem a ditadura como tal. Representante expressivo desse grupo é o professor João Quartim de Moraes. Contudo, é importante ressaltar que há um equívoco em interpretar o uso da referida expressão por Moraes como uma explicação do aspecto social do regime. O autor baseia sua análise na ideia de que os militares constituem uma classe. Assim, ao afirmar que, no período de 1964 a 1985, ocorreu uma “ditadura militar”, ele está se referindo “ao modo de exercício do poder político” e “deixando implícito que a classe dominante era e é a burguesia” (MORAES, 2012).

Uma segunda observação é que também há pesquisadores críticos das análises marxistas que entendem a ditadura como militar, como Carlos Fico (2017), que descreve a ação de tomada do poder como resultado de uma ampla coalização “civil-militar”, contudo, sustenta que o período pós-1964 deve ser denominado “ditadura militar”, devido à predominância dos militares na condução efetiva do país. Marcos Napolitano (2014) é outro autor que não pode ser enquadrado como um historiador da perspectiva propriamente marxista, mas que também caracteriza o regime como militar. Todavia, admite que “amplos setores sociais” de fora da caserna foram

sócios e beneficiários do regime. João Roberto Martins F.^º (2014), autor de perfil à esquerda, que igualmente afirma o caráter militar da ditadura, também refuta a alegação de que a ditadura foi sustentada apenas por militares. A pesquisa desse autor frisa a progressiva militarização do Estado e a existência de uma homogeneidade ideológica, cuja matriz é a Escola Superior de Guerra (ESG), no interior do regime. No entanto, Martins F.^º reconhece a importância da ideia de consentimento civil para o regime estabelecido em 1964, e considera ser essencial examinar as maneiras de apoio civil. Além disso, mesmo sustentando o uso da expressão “ditadura militar”, enfatiza a natureza de classe do golpe e da ditadura.

Argumento semelhante vale para aqueles que destacam os interesses empresariais no golpe e na ditadura, cujo exemplo maior é a já citada obra de René Armand Dreifuss (1981). Embora dê relevo à participação empresarial, em particular, a atuação do IPES (Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais) e do IBAD (Instituto Brasileiro de Ação Democrática), Dreifuss não desconsidera o papel dos militares e nem os apresenta como instrumentos ou, nas palavras de Reis F.^º, “braço armado” de certa elite civil. O cientista político uruguai entende que havia uma comunhão de interesses, de visões de mundo, entre civis, dentre os quais o empresariado, e militares, que culminou na conquista do Estado. Em outros termos, na perspectiva do autor, os militares estão inseridos em uma classe social e foram partícipes de uma coligação golpista com esse perfil.

Em face dessas considerações, entendo que a associação feita por Daniel Aarão Reis F.^º entre estudos que adotam a definição “militar” e a afirmação de que a ditadura foi sustentada apenas por militares, assim como a percepção da ditadura como sustentada apenas por militares ou empresários à concepção marxista não têm bases de comprovação e resultam em distorções relevantes. Mas a crítica do autor às perspectivas associadas ao comunismo se referem não só ao caráter da ditadura. Por vezes, ela é vinculada a uma suposta censura por parte de alguns autores a Reis F.^º.

E depois da ditadura instaurada, os projetos revolucionários alternativos também são apagados, porque se você os recupera, você vai estar dando armas ao inimigo. Porque evidentemente você sabe que o inimigo, as direitas, legitimam sua ação com

base nesse argumento: “Havia uma ameaça revolucionária, se a gente não interviesse, essa revolução vai dominar”. Essa é a linha argumentativa da direita e ela realmente me cita. Quando eu apareci com esse debate, reagiram: “Até que enfim um autor de esquerda reconhecendo que o Brasil vivia uma ameaça revolucionária”. E vivia mesmo! Cabe à história das esquerdas resgatar esse projeto, apontar os seus limites. Isso, de modo nenhum, a meu ver, legitima a ditadura. De modo nenhum! Embora alguns partidários da ditadura possam fazer disso um argumento de legitimização. Mas daí a gente vai pro debate, vai para a discussão. O Caio Navarro de Toledo ele chegou a me dizer: “Olha Daniel, você podia dizer isso em um seminário da pós-graduação, mas não em público assim”. Essa é uma ideia stalinista tradicional, de selecionar a verdade só para aqueles que possam compreendê-la e estejam à altura de entendê-la. Agora, isso predomina largamente na memória, predomina na memória dessa história oficial das esquerdas que está sendo construída nesse país. Lá no Rio a gente está construindo um grupo que tem muitas pesquisas já que põem isso em questão (JOFFILY e SCHLATTER, 2011, p. 246-247).

Uma primeira observação: diante da impossibilidade de comprovação da ocorrência do diálogo entre o autor e Caio Navarro de Toledo, pesquisador marxista, ficamos limitados à palavra do entrevistado. Outro problema da argumentação é que Reis F.^º alega que, no caso das apropriações dos seus argumentos pela direita, é preciso ir para o debate. Porém, na fala do autor, a suposta advertência de Toledo ganha ares de censura. Como faz costumeiramente, Reis F.^º denomina quem procura debater suas teses, o crítico, de censor. É o que se repete no fragmento a seguir:

Tempo e Argumento: Lá na ANPUH eu [Sérgio Luis Schlatter] também encontrei um aluno da UFF e perguntei a respeito de alguns professores. Quando falei do Daniel, ele disse: “O Daniel se diz o último democrata da academia.”.

Daniel Aarão Reis: Isso eu falo de brincadeira. O revisionismo histórico aí é um termo adequado, porque a história oficial, entre aspas, que tem predominado no âmbito das esquerdas é exatamente essa de figurar a nossa esquerda revolucionária, que se autodenominava esquerda revolucionária, como uma ala democrática. Isso predomina largamente. Sou frequentemente censurado por levantar essa lebre do caráter revolucionário das

esquerdas, ou de uma parte das esquerdas, porque nem todas as esquerdas eram revolucionárias. Havia esquerdas moderadas, havia esquerdas que queriam realmente restabelecer a democracia brasileira (JOFFILY e SCHLATTER, 2011, p. 245).

No senso comum, censura é entendida como proibição. Quando abordamos a ditadura, tal associação é imediata. Portanto, um leitor menos atento pode ter a impressão de que os argumentos do autor são tratados dessa forma. Porém, nesse sentido, Reis F.^o não é censurado, pois pode argumentar e publicar livremente. No sentido de advertência, caberia o uso do termo. Mas, a comparação da suposta observação de Toledo à “prática stalinista” de “selecionar a verdade”, sugere que, quando afirma ser “frequentemente censurado”, Reis F.^o está empregando o termo no sentido adotado no senso comum. Contudo, o autor não é criticado por frisar o caráter revolucionário das esquerdas no período anterior a 1964. Uma opinião frequente, de fato, refere-se à advertência de que seu argumento oferece subsídios à retórica usada pela direita, de forma geral, e pelos saudosistas da ditadura, em particular, apropriação que o próprio autor reconhece. Mas as críticas também abordam o fato de Reis F.^o por deixar de distinguir o golpe dado pela direita das propostas de revolução da esquerda. Além disso, ao menos inicialmente, ele não distinguiu entre os grupos de esquerda partidários da ação revolucionária e os que discordavam de tal estratégia. Também não havia uma diferenciação entre aqueles que defendiam a ação revolucionária no período anterior ao golpe e os que adotaram essa perspectiva no pós-1964. No trecho acima, porém, já ocorre a relativização do caráter revolucionário. Já não é mais de toda a esquerda que adota tais posturas. Todavia, continua ausente a qualificação da força e das possibilidades dos grupos de esquerda que pensavam dessa forma. São esses elementos que formam as bases das advertências ao autor, no que se refere às teses sobre o aspecto revolucionário das esquerdas, e não o fato de frisar tal caráter.²⁷

Em outro momento, Daniel Aarão Reis F.^o associa as críticas que recebe não só à censura, mas também a posturas autoritárias, como quando

27

As críticas feitas a Reis F.^o vão muito além da questão relativa ao caráter revolucionário da esquerda. Por exemplo, a acentuação de um suposto consentimento “da sociedade” à ditadura, questão não será objetivo do presente artigo.

afirma que, atualmente, tendências obscurantistas e intolerantes tentariam recuperar a ditadura como um regime válido e necessário, e acrescenta que a intolerância também estaria na academia e compreenderia as interpretações de direita e de esquerda. O historiador afirma que “O Brasil nunca foi um país afeito à tolerância e aos debates contraditórios”, que “tradições autoritárias permeiam nossa história”, e a universidade brasileira, onde se fazem presentes “tendências intolerantes”, não fugiria a esses usos e costumes (REIS F.^º, 2021, p. 444). Ou seja, apesar de dizer querer o debate, quando os críticos apresentam seus argumentos, acusa-os de intolerantes. Os críticos seriam autoritários, e as desaprovações com relação às suas análises derivariam, na realidade, do espaço de luta política, como fica explícito no fragmento a seguir:

Mas eu acho que uma coisa também que me fez muito alvo dessas esquerdas radicais, que negam seu passado revolucionário. Foi uma questão política, pelo fato de, a partir de um certo momento, eu ter me oposto, eu e um grupo de colegas importantes na UFF, ao grevismo nas universidades federais. Todo ano a UFF era objeto de uma greve que durava dois, três, quatro meses, e a gente acabou achando que isso estava excessivo. Nós nos opusemos a isso, enfrentamos as direções sindicais radicais de esquerda. Isso também foi um importante ingrediente nessas discórdias, porque uma coisa contamina a outra. (...) Como eu liderei o movimento lá contra o grevismo, a gente conseguiu quebrar essa história. E realmente isso suscitou muito ressentimento da parte de alguns historiadores lá do departamento, o Marcelo Badaró, Osvaldo Coggiola, na USP, e outros que são líderes sindicais importantes da ANDES, a nível nacional. Isso também foi um ingrediente importante, que não pode se esquecido. Nós montamos uma turma acadêmica exclusivamente academicista. Esse também é um ingrediente importante que precisa ser inserido e explica em parte a virulência (JOFFILY e SCHLATTER, 2011, p. 247).

No trecho, como dito, ocorre a associação das críticas que recebe às questões político-sindicais dos professores universitários federais, mas são os outros que associam o político ao acadêmico. Daniel Aarão Reis F.^º e o grupo vinculado a ele são “exclusivamente academicistas”, portanto,

subtende-se, guiados por criteriosos parâmetros exclusivamente científicos, por uma ética científica, apartada da política. Vale destacar de que essa é uma das poucas vezes, junto com a que cita Caio Navarro de Toledo, em que o autor dá nome aos críticos. Todavia, não há qualquer referência aos argumentos apresentados por Badaró Mattos na avaliação que faz das teses de Reis F.^o.²⁸

Em outros momentos, o autor recorre ao uso da comparação para, ao mesmo tempo em que desmerece as interpretações que lhe são críticas, valorizar as análises dos pesquisadores adeptos da sua perspectiva. Na apresentação que escreveu, salientando os predicados de estudos publicados em obra composta quase unicamente por análises de perfil próximo ao seu, sobressai a crítica.

Os textos, além de evidenciar a preocupação com a construção de ângulos novos, superam formulações e polarizações reducionistas, simplificadoras e empobrecedoras. Os autores, jovens de caráter, não estão preocupados em agradar nem dispostos a se submeter à “vigilância” institucional de qualquer tipo de “oficialismo” (REIS F.^o, 2014b, p. 10).

Percebe-se a explicitação da já mencionada exaltação de uma suposta novidade de perspectiva de seu grupo, o que reforça a ideia de pioneirismo. Em paralelo, enaltece a presumida coragem do grupo por enfrentar a vigilância e o oficialismo. Coragem vs vigilância, oficialismo; pobreza vs novidade, complexidade: eis o resumo. O mesmo tom sobressai do trecho a seguir:

Torna-se inegável, com esta coletânea, que se constroem caminhos novos na historiografia brasileira sobre as ditaduras, no Brasil e na América Latina, percorridos por uma geração que não viveu sob o sinistro jugo dos regimes opressivos, mas que os tornou objeto de seus estudos e pesquisas e quer compreendê-los, fugindo das memórias lisas. (...) Como os textos apresentados demonstram, esses caminhos ainda estão inconclusos, em aberto, cheios de armadilhas, emboscadas, vigilâncias e desafios. Os jovens doutores e doutorandos aqui reunidos, porém,

28

Sobre as críticas de Marcelo Badaró Mattos a Daniel Aarão Reis F.^o, ver: Mattos, 2008, 2014 e 2015.

não parecem temê-los. Com coragem, honestidade intelectual e determinação e com a preocupação única de encontrar a verdade, essa meta sempre fugaz, saberão construí-los da maneira humana mais apropriada – caminhando (REIS F.^º, 2014b, p. 11-12).

Do fragmento se extraí, de um lado, o autoelogio à novidade, coragem, honestidade intelectual, busca pela verdade, um discurso laudatório à capacidade dos seus seguidores, caracterizados como a personificação do que é bom, do exemplo a ser seguido. Em sentido contrário, o tom pejorativo, o questionamento da habilidade profissional dos pares que o criticam que, pelos argumentos, deduz-se que sejam os que vigiam, acovardados, presos às memórias lisas, desonestos intelectualmente, que não se preocupam com a verdade, ou seja, não seguem os parâmetros, a ética típica das ciências. Em texto anterior, pode ser encontrado o mesmo embate. No caso, a distinção é entre verdade e censura.

Tratei de apontar algumas questões polêmicas sobre a Lei da Anistia e o debate que uma necessária revisão poderia ensejar. Servirão estas questões para desvelar a verdade? A busca da verdade é um trabalho incessante, (...).

O que tem me inspirado neste debate é a perspectiva de não ocultar, de não omitir, remando, se for o caso, contra a corrente, ignorando as censuras de esquerda e de direita, e tendo sempre em mente a bela frase de Byron: “A verdade é sempre estranha. Mais estranha do que a ficção” (REIS F.^º, 2010, p. 182).

Novamente, da argumentação brotam questões: Se ele não oculta ou omite, quer inferir que outros fazem isso? Se ele contrapõe “verdade” à “ficção”, e se fala a verdade, outros fazem ficção? Em resumo, o autoelogio a quem se autodeclara remar contra a corrente. Aos outros, que, na crítica, promovem o debate que Reis F.^º diz querer suscitar, resta mais uma vez a alcunha de censores.

Como formação discursiva recorrente, portanto, há o recurso à qualificação de si e do seu grupo, caminhando em paralelo à desqualificação/resposta/apagamento aos críticos. Em posfácio que escreve para outra

obra composta por articulistas entusiastas de seus argumentos, essa comparação se faz entre uma suposta patrulha ideológica *versus* o pensamento independente.

(...) Reúnem-se aqui textos de jovens e veteranos historiadores de diversas universidades, comprometidos apenas com os achados de suas pesquisas e com as explicações e as interpretações proporcionadas por suas convicções, avessos à história oficial do Estado, de partidos e correntes políticas e de instituições, e também às patrulhas ideológicas que infestam o país e a universidade, tentando controlar e desqualificar o pensamento independente (REIS F.^º, 2021, p. 444).

Se os pesquisadores reunidos na obra, que advogam e propagam as teses de Daniel Aarão Reis F.^º possuem todos esses atributos, os críticos, presumivelmente, seriam o exato oposto, os comprometidos não só com os achados de suas pesquisas e com explicações e interpretações proporcionadas por suas convicções, os que não seriam avessos a uma suposta história oficial do Estado, partidos e correntes políticas e instituições, os que fariam patrulha ideológica e tentariam controlar e desqualificar o pensamento independente. Não são mencionados, novamente, exemplos e argumentos que comprovem suas acusações. As perspectivas contrárias são apresentadas de forma vaga, sem nomes, sem citações; as críticas não são rebatidas diretamente, mas apenas desqualificadas de forma genérica. Embora desprove a forma como é tratado, não aparece nos textos de Reis F.^º o espaço para o contraditório, elementos que permitam ao leitor confrontar as interpretações do autor com os originais, por ele criticados. A única opção é acreditar na perícia e nas palavras do professor.

Ao final do mesmo texto, Reis F.^º sintetiza parte suas ideias: elogia os autores que acompanham suas teses, repete que sofre censura, retoma a crítica a quem pensa diferente como tendo “preguiça intelectual” – o que reforça que tal caracterização, antes mencionada, não foi um deslize retórico –, e, novamente, se posiciona como conselheiro dos rumos a serem seguidos nas pesquisas históricas.

Mas não desejaria terminar sem uma palavra, sobretudo aos historiadores mais jovens, no sentido de que não se intimidem nem se deixem controlar pelas patrulhas ideológicas – de direita e de esquerda – que pretendem dirigir os rumos das pesquisas acadêmicas. E se esmeraram em desqualificar teses inovadoras. (...) E examinar com atenção e cuidado os resultados dos estudos e das pesquisas, por mais renomados que sejam seus autores.

E não se deixar tomar pela preguiça intelectual, repetindo acriticamente consensos, por mais sólidos que pareçam. Proceder à revisão crítica das afirmações, todas elas, por mais fundamentadas que sejam. A revisão constante e permanente é indispensável a qualquer disciplina e é essencial sobretudo à História, sem o que ela simplesmente deixa de existir para tornar-se mera narrativa interessada.

O compromisso maior do historiador é não omitir ou distorcer as evidências encontradas, por mais que contrariem suas hipóteses iniciais ou preferências políticas. E suas explicações e interpretações têm apenas um único juiz – o próprio historiador. E devem ser fiéis, única e exclusivamente, às próprias convicções e à consciência (REIS F.^º, 2021, p. 459).

Um belo conselho que entendo ser ignorado em seus próprios textos. Reis F.^º se queixa de uma suposta patrulha ideológica, mas desqualifica, homogeneizando como marxistas, e, como tal, na sua visão, ultrapassadas, perspectivas historiográficas diferentes da sua. A crítica aos hipotéticos “patrulheiros ideológicos” que querem dirigir os rumos das pesquisas acadêmicas é uma via de mão-dupla, já que o autor, recorrentemente, se posta como perito-conselheiro de temas e questões, e classifica como válidas, no geral, apenas as pesquisas do NEC e as de pesquisadores com os quais, embora não sejam do seu núcleo, também apresenta proximidade de perspectiva.

Nota-se, pois, através dos fragmentos, que os rituais discursivos que constituíam os textos de Reis F.^ºs apresentam como uma de suas características a lógica marcada pela oposição: Nós-Positivo vs os Outros-Negativo. É possível dizer que essa sujeição é resultado da própria construção do discurso em torno de uma ética científica, tida como evidente, garantia de qualidade e marcada pela defesa da isenção, do apolitismo, do academicismo, em

síntese, da neutralidade científica, a qual ele e seu grupo estão vinculados, e pela ideia de negação a tudo que supostamente a ameace.

Em geral, essas noções associam-se a “valores abstratos superiores”, característicos da ética da produção científica, e que remetem às boas práticas do ofício. Matrizes de difícil contestação, associadas a padrões universais, apresentados como naturais, óbvios, necessários e que exigem ser cumpridos. Por isso, não poderiam ser ignorados ou contestados. Como tais predicados são incontestes, o discurso se encontra atravessado referências previamente associadas a eles e já conhecidas e entendidas como positivas pelos leitores, o que produz um efeito de reconhecimento, ou consenso intersubjetivo, com relação aos argumentos apresentados pelo autor.

Essa referência traz consigo uma argumentação configurada por uma distinção entre o campo do Mesmo e o campo do Outro, onde estar no campo do Mesmo é partilhar, simbolicamente, dos valores do Positivo – que incluía o intelectual e seus pares próximos –, tidos como evidentes, naturais, legítimos, indiscutíveis, enraizados, consensuais (tudo que se volta contra a politização das ciências, as más práticas científicas); e estar no campo do Outro é fazer parte do campo do Negativo, do contrário, do que deve ser repudiado (a perspectiva marxista, a afiliação político-ideológica). Portanto, estar no campo do Mesmo, partilhar dos valores positivos, seria defender a neutralidade, a ética científica. Qualquer discurso crítico era rotulado de contrário a essa lógica e, logo, negado.

Desse modo, o padrão desejado e inquestionável, a científicidade do argumento, foi associado à perspectiva historiográfica revisionista. E como se tratava de um elemento com caráter “inconteste”, eliminou-se qualquer possibilidade de associá-la aos seus críticos. Além disso, negou-se a voz do outro, porque esse outro raramente é nominado e suas obras não são referenciadas. Essa eliminação do “saber diferente” foi fundamental para a instituição da ficção da “neutralidade” e “universalidade” do argumento. Contra o Outro, anticientífico, reafirmava-se a identificação do discurso revisionista ao padrão a ser seguido. Mas esse recurso, além de nada acrescentar, pode até resultar em um retrocesso do conhecimento histórico acumulado sobre a ditadura.

Em um mundo marcado pela cultura do excesso, da novidade e da competição, a produção intelectual torna-se cada vez mais um “bem” produzido em larga escala para consumo rápido e voraz, quando deveria ser concebida através de rigorosa metodologia e tratada com como estimuladora do pensamento crítico, como um elemento para compreensão do mundo e de seus problemas, e que sirva à formação do indivíduo e transformação da sociedade. Em função dessa realidade, mostra-se mais vantajoso aos pesquisadores jovens aderir à perspectiva em evidência – ainda mais quando ela é apresentada como “universal” –, assumindo para si, sem questionamentos, as concepções de seus mestres, na esperança do retorno acadêmico rápido ou, nos termos de Pierre Bourdieu, da absorção do capital simbólico. Mais incerto seria dedicar tempo a uma metódica e lenta reflexão, ao debate, à interação, se preocupar com o impacto social que suas pesquisas possam gerar e insistir em perspectivas outrora valorizadas, mas, hoje, tidas, por muitos, como ultrapassadas, obsoletas.

Considerações finais:

Vivemos em um contexto no qual se difundem argumentos superficiais e visões pré-determinadas sobre os aspectos mais complexos da realidade social, e disseminam-se mentiras em proporções gigantescas. Diante desse quadro, cresce a importância do conhecimento científico e dos intelectuais, entendidos como defensores de princípios éticos e científicamente fundamentados. Mas não podemos entendê-los como agentes neutros. Os intelectuais são detentores de um prestígio que lhes garante legitimidade para intervenção no espaço e no debate públicos. Inclusive por isso, os cuidados com a prática de seu ofício devem ser redobrados, até para que, mesmo contra a vontade, não sirvam de ingrediente para a produção de desinformações travestidas de teses comprovadas.

Como bem sugere o próprio Daniel Aarão Reis F.^o, “o trabalho do historiador também precisa de contextualização, mas tem a obrigação de não ser unilateral, de evidenciar as fontes com que trabalha, compará-las, criticá-las” (2010, p. 172). Quanto ao exercício da crítica acadêmica, do

contraditório, exige-se revisão criteriosa das análises que lhe são anteriores, mesmo as de historiadores renomados (2021, p. 459), como as dele próprio, complemento.

Entendo que os textos de Reis F.^º sobre a ditadura não adotam rigorosamente os cuidados que ele mesmo prega. Primeiro, embora afirme que o compromisso é não omitir ou distorcer, não há referência explícita aos autores, obras e argumentos dos quais diverge e que discordam das premissas por ele sustentadas. As contestações acadêmicas são válidas e salutares, o debate é fundamental para o avanço científico, mas, sem tais especificações, como fazer a verificação, a revisão crítica, o exame atento e cuidadoso de tais estudos, e saber se tais argumentos não foram por ele distorcidos?

Um segundo ponto: na retórica revisionista de Daniel Aarão Reis F.^º, a ciência deve se pautar pela neutralidade, academicismo, apolitismo, crítica, debate, mas as liberdades de comentário não podem se voltar contra a sua concepção, pois, ao agirem assim, são acusadas de censura. O fazer historiográfico de Reis F.^º, apresentado como um fazer defensivo, cujo objetivo seria o de livrar a ciência das “máximas práticas científicas”, da “politização da ciência” e da “radicalização do marxismo ortodoxo”, associados aos críticos, para proteção da boa prática científica, finda por adotar métodos que representam sua negação. Emerge uma relação de dependência na qual aquela que é tida como boa ciência se sustenta em práticas que ela mesma repudia. O autor defende, pois, um paradoxo: a necessidade do debate acadêmico, desmascarando de maneira genérica e acusando de censores os que se dispusessem a criticar a perspectiva revisionista, em particular, os historiadores marxistas.

Terceiro, como já mencionado, a prática discursiva dos textos de Reis F.^º tem como característica uma lógica marcada pela oposição Nós-Positivo vs os Outros-Negativo. Por conseguinte, o debate entre a perspectiva revisionista vs perspectiva marxista aparece caracterizado como uma luta entre esses dois polos. Construído dessa forma, o discurso de Reis F.^º procurou criar uma “ilusão de consenso” quanto à **perspectiva revisionista e aos** seus críticos. Como resultado, essa identificação exerceu caráter determinante na configuração do poder simbólico do locutor, pois universalizou

as perspectivas (os interesses, nos termos de Bourdieu) de agentes específicos como se fossem do campo intelectual em geral. Nesse processo, as ilusões de neutralidade e de universalidade são úteis pois oferecem um distanciamento, um sentido de imparcialidade com relação ao objeto, que lhe permitem encobrir os interesses e sua atuação como intelectual orgânico. Distante, imparcial, pode pautar temas, ditar caminhos, sem se revelar como parte diretamente interessada no que aborda. Logo, quando se apresentam argumentos que remetem à ideia de neutralidade científica, não significa que se estivesse falando de uma “ciência pura”. Na verdade, o que se pretendia era assegurar a hegemonia de determinada perspectiva analítica ideologicamente localizada.

Finalizando, o discurso intelectual revisionista – perito e locutor imparcial da verdade interpretativa – contribui para a representação e “re-produção” de uma ilusão de consensos relativos à uma perspectiva, apresentada como inexorável em última instância, e dissensos em relação a outra, identificada como ultrapassada e anticientífica. Mas, como seu discurso também é ideologicamente determinado, converte-se em um caminho de difusão, disseminação e institucionalização das práticas de exercício do poder. Nos termos de Gramsci, ao teoricamente defender a ética científica da neutralidade, o discurso historiográfico revisionista do intelectual Daniel Aarão Reis F.^o sobre a ditadura finda por veicular e gerar um consenso em torno de sentidos (teses) que interessam aos setores dominantes, filiados, por sua vez, à ideologia liberal. Mas, em função do espaço exíguo de um artigo, essa observação torna-se fundamento para outras reflexões.²⁹

Referências bibliográficas:

- ALVES, M.^a. Helena Moreira. *Estado e Oposição no Brasil, 1964-1984*. Petrópolis: Vozes, 1984.
- BARDIN, Laurence. *Análise de Conteúdo*. Trad.: Luís Antero Reto e Augusto Pinheiro. Lisboa: Edições 70, 1977.

²⁹ Sobre o caráter liberal da análise historiográfica de Daniel Aarão Reis F.^o, ver: Vasconcelos (2024).

- BARROS, José D'Assunção. A Nova História Cultural – considerações sobre o seu universo conceitual e seus diálogos com outros campos históricos. *Cadernos de História*, Belo Horizonte, v.12, n. 16, 1º sem. 2011.
- BONNEWITZ, Patrice. *Primeiras lições sobre a sociologia de Pierre Bourdieu*. Trad.: Lucy Magalhães. Petrópolis: Vozes, 2003.
- BOURDIEU, Pierre. *Coisas Ditas*. São Paulo: Brasiliense, 1990.
- BOURDIEU, Pierre. *O Poder Simbólico*. 3ª ed. Trad.: Fernando Tomaz. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2000.
- BOURDIEU, Pierre. *Os Usos Sociais da Ciência*: por uma sociologia clínica do campo científico. Trad.: Denice Barbara Catani. São Paulo: Editora UNESP, 2004.
- BOURDIEU, Pierre. *Razões práticas*: sobre a teoria da ação. Trad.: Mariza Corrêa. Campinas: Papirus, 1996.
- BURAWOY, Michael. Tornando a dominação durável: Gramsci encontra Bourdieu. In: BURAWOY, Michael. *O Marxismo encontra Bourdieu*. Trad.: Ruy Gomes Braga Neto. São Paulo/Campinas: Boitempo/Unicamp, 2010, p. 49-79.
- CARDOSO, Ciro Flamarion; VAINFAS, Ronaldo. História e Análise de Textos. In: _____ (org.s). *Domínios da História – Ensaios de Teoria e Metodologia*. Rio de Janeiro: Campus, 1997, p. 375-399.
- CARDOSO, Fernando Henrique. O modelo político brasileiro. In: _____. *O modelo político brasileiro e outros ensaios*. 3.ª ed. Rio de Janeiro / São Paulo: Difel, 1977, p. 50-82.
- CHARLE, Christophe. Naissance des “intellectuels”. 1880-1900. Paris: Éditions de Minuit, 1990.
- DREIFUSS, René Armand. 1964: a conquista do Estado – ação política, poder e golpe de classe. Trad.: Else Ribeiro Pires Vieira (superv.). Petrópolis: Vozes, 1981.
- FERNANDES, Florestan. *A revolução burguesa no Brasil*: ensaio de interpretação sociológica. 5.ª ed. São Paulo: Globo, 2006.
- FICO, Carlos. Ditadura militar brasileira: aproximações teóricas e historiográficas. *Revista Tempo e Argumento*, Florianópolis, v.9, n. 20, p.5-74, 2017.

- GRAMSCI, Antonio. *Cadernos do cárcere*. Vol. II. Os intelectuais. O princípio educativo. Jornalismo. 2.^a ed. Trad.: Carlos Nelson Coutinho. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.
- JOFFILY, Mariana e SCHLATTER, Sergio Luis. Entrevista com o professor doutor Daniel Aarão Reis Filho. *Revista Tempo e Argumento*, vol. 3, núm. 1, enero-junio, 2011, pp. 239-255.
- LEMOS, Renato Luís do Couto Neto e. A “ditadura civil-militar e a reinvenção da roda historiográfica”. Carta enviada ao jornal *O Globo* como comentário ao artigo do prof. Daniel Aarão Reis “A ditadura civil-militar”, publicado no caderno Prosa & Verso de 31 de março de 2012. Disponível em: https://lemp.historia.ufrj.br/wp-content/uploads/2019/07/A_ditadura_civil-militar_e_a_reinvencao_da_roda_historiografica.pdf. Acesso em: 16 jul./2024.
- LIPOVETSKY, Gilles. Tempo contra tempo, ou a sociedade hipermoderna. In: LIPOVETSKY, Gilles & CHARLES, Sébastien. *Os tempos hipermodernos*. Trad. Mario Vilela. São Paulo: Barcarolla. 2004, p. 49-101.
- MARTINS FILHO, João Roberto, Adieu à la dictature militaire?, *Brésil(s)*, n.5, 2014, p. 17-32. Disponível em: <http://journals.openedition.org/bresils/809>. Acesso em: 17 de abr. 2024.
- MATTOS, Marcelo Badaró. As bases teóricas do revisionismo: o culturalismo e a historiografia brasileira contemporânea. In: MELO, Demian Bezerra de (org.). *A Miséria da historiografia: uma crítica ao revisionismo contemporâneo*, Rio de Janeiro: Consequência, 2014. p. 67-98.
- MATTOS, Marcelo Badaró. O governo João Goulart: novos rumos da produção historiográfica, *Revista Brasileira de História*, vol. 28, nº 55, 2008, p. 245-263.
- MATTOS, Marcelo Badaró. O sentido de classe do golpe de 1964 e da ditadura – um debate historiográfico. In ZACHARIADHES, Grimaldo Carneiro (org.), *1964: 50 anos depois - a ditadura em debate*. Aracaju: EDISE, 2015, p. 35-83.
- MELO, Demian Bezerra de. Ditadura “civil-militar”?: controvérsias historiográficas sobre o processo político brasileiro no pós-1964 e os desafios do tempo presente, *Espaço Plural*, Ano XIII, Nº 27, 2º Semestre 2012, p. 39-53.

MELO, Demian Bezerra de. O Golpe de 1964 e meio século de controvérsias: o estado atual da questão. In: MELO, Demian Bezerra de (org.). *A Miséria da historiografia: uma crítica ao revisionismo contemporâneo*, Rio de Janeiro: Consequência, 2014. p. 157-188.

MELO, Demian Bezerra de. Revisão e revisionismo historiográfico: os embates sobre o passado e as disputas políticas contemporâneas, *Marx e o Marxismo*, v.1, n.1, jul/dez 2013, p. 49-74.

MENDONÇA, Sônia Regina de. Gramsci e Bourdieu: diálogos, Conferencista: Sonia Regina de Mendonça, PPGH e GPHP, UNIOESTE, 17/9/2018. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=2VZSTZXMaKI>. Acesso em: 21 jul./2024.

MORAES, João Quartim. Sobre o “aprimoramento” da expressão ditadura militar. *Portal Vermelho*. São Paulo: 2012. Disponível em http://www.vermelho.org.br/coluna.php?id_coluna_texto=4891&id_coluna=24. Acesso em 16 abr./2024.

NAPOLITANO, Marcos. *1964: História do Regime Militar Brasileiro*. São Paulo: Contexto, 2014.

O'DONNELL, Guillermo. *Reflexões sobre os Estados burocrático-autoritários*. Trad.: Cláudia Schilling. São Paulo: Vértice, 1986.

ORLANDI, Eni Pulcinelli. *Discurso e Leitura*. São Paulo: Cortez Editora / Campinas: Editora da Universidade Estadual de Campinas, 1996.

REIS F.^º, Daniel Aarão. A ditadura civil-militar. *O Globo*, Rio de Janeiro, p. 2, 31 mar. 2012.

REIS F.^º, Daniel Aarão. A ditadura faz cinquenta anos: história e cultura política nacional-estatista. In: REIS F.^º, Daniel Aarão et alii (org.s). *A ditadura que mudou o Brasil: 50 anos do golpe de 1964*. Rio de Janeiro: Zahar, 2014a, p. II-29.

REIS F.^º, Daniel Aarão. *A revolução faltou ao encontro: os comunistas no Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1989.

REIS F.^º, Daniel Aarão. Apresentação: Passado, presente e futuro da ditadura no Brasil. In: CORDEIRO, Janaína Martins; LEITE, Isabel Cristina; SILVEIRA, Diego Omar da (Org.). *À sombra das ditaduras (Brasil e América Latina)*. 1.^a Ed. Rio de Janeiro: Mauad, 2014b, v. 1, p. 7-13.

REIS F.^º. Daniel Aarão. *Ditadura e democracia no Brasil: do golpe de 1964 à Constituição de 1988*. Rio de Janeiro: Zahar, 2014c.

- REIS F.º. Daniel Aarão. Ditadura e sociedade: as reconstruções da memória. In: *ANAIIS DO SEMINÁRIO 40 ANOS DO GOLPE. 1964-2004: 40 anos do golpe - Ditadura Militar e Resistência no Brasil*. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2004, p. 119-139.
- REIS F.º, Daniel Aarão. Ditadura e tradições autoritárias no Brasil: por uma revisão crítica permanente. In: ROLLEMBERG, Denise; CORDEIRO, Janaína Martins (Org.). *Por uma revisão crítica. Ditadura e Sociedade no Brasil*. 1.ª ed. Salvador: Sagga, 2021, v. 1, p. 444-464.
- REIS F.º, Daniel Aarão. Ditadura, anistia e reconciliação. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 23, 2010, p. 171-186.
- REIS F.º, Daniel Aarão. Um passado imprevisível: a construção da memória da esquerda nos anos 60. In: REIS F.º, Daniel Aarão et alii. *Versões e Ficções: o sequestro da história*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 1997, p. 31-45.
- RIDENTI, Marcelo. *O Fantasma da Revolução Brasileira*. São Paulo: Editora Unesp, 1993.
- ROLLEMBERG, Denise. *Exílio. Entre raízes e radares*. Rio de Janeiro: Record, 1999.
- ROLLEMBERG, Denise; CORDEIRO, Janaína Martins. “Uma história vigiada”. In: ____ (org.). *Por uma revisão crítica: ditadura e sociedade no Brasil*. Salvador, BA: Sagga, 2021, p. 7-49.
- ROLLEMBERG, Denise; QUADRAT, Samantha (org.s). Apresentação: Memória, história e autoritarismos. In: _____. *A construção social dos regimes autoritários: Brasil e América Latina*. Trad.: Maria Alzira Brum Lemos, Sílvia de Souza Costa. Vol. II. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011.
- STEPAN, Alfred C. *Os Militares na Política*. Trad.: Ítalo Tronca. Rio de Janeiro: Artenova, 1975.
- VASCONCELOS, Cláudio Beserra. O revisionismo sobre a ditadura: uma historiografia liberal. *Revista Brasileira de História & Ciências Sociais – RBHCS*, vol. 16, n.º 33, Jul - Dez de 2024, p. 412-454.